

Divinópolis/MG, 12 de Março de 2018

Manhã de muita informação e esclarecimentos no Pátio de Obras da Prefeitura

Diretoria do Sintram promoveu mais um “Café com Servidor” no local

A presidente do Sintram, Luciana Santos, acompanhada do secretário geral, Marcos Alves, esteve na manhã de hoje (12), no pátio de obras da Prefeitura de Divinópolis, para mais um “Café com Servidores”.

A presidente ressaltou que foi uma manhã de muita informação, momento em que os servidores puderam esclarecer dúvidas e se informar sobre diversos assuntos de interesse como: a atuação do Sintram e Comissão de Servidores junto à administração, cobrando o pagamento do funcionalismo até o quinto dia útil; o andamento da Campanha Salarial Unificada 2018; o andamento do processo para correção das revisões salariais de 2016 e 2017; a importância da Contribuição Sindical, entre outros assuntos. “Foi uma manhã muito proveitosa, tivemos a oportunidade de esclarecer os servidores sobre assuntos diversos, e como sempre frisamos estamos à disposição da categoria para essa presença nos locais de trabalho. A representação do Sintram abrange 36 cidades, então às vezes temos dificuldade de conciliar a agenda para fazer visita a todos os locais de trabalho, mas sempre que pos-



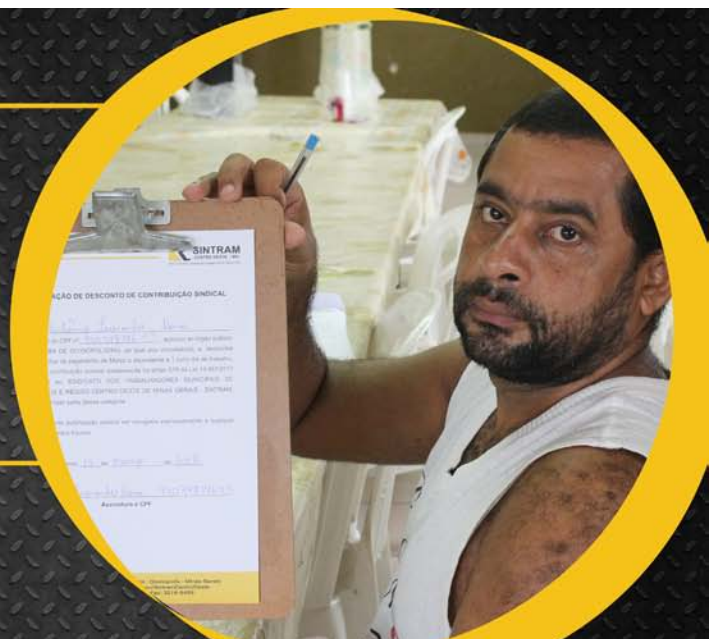
sível estamos buscando esse contato direto para ouvir e levar novidades aos servidores”, frisou a presidente.

CAFÉ COM SERVIDOR

O projeto tem como objetivo esclarecer dúvidas, ouvir críticas, sugestões dos servidores, além de informar o que o Sintram vem trabalhando a favor da categoria. Para agendar um café em seu local de trabalho, ligue 37-3216-8484

SERVIDOR, FAÇA COMO O ANTÔNIO LEONARDO, SEJA CONSCIENTE E AUTORIZE O DESCONTO DA **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL.**

SÓ ASSIM O SINDICATO PODERÁ MANTER A FORÇA DE LUTA E OS SERVIÇOS DISPONÍVEIS A VOCÊ!



Em assembleia do Sintram, servidores de Leandro Ferreira definem Campanha Salarial 2018

No último dia 08/03, os servidores de Leandro Ferreira definiram a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2018. De acordo com o dirigente sindical, Eduardo Parreira, que coordenou as discussões e votação das propostas, a assembleia foi bastante participativa e os servidores se demonstraram comprometidos com propostas realmente exequíveis da parte do poder Executivo e preocupados com o descumprimento de uma série de direitos.

O Sintram, no dia seguinte a assembleia (09/03), já encaminhou a oprefeito a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2018 para dar andamento as negociações. São pontos de reivindicação dos servidores os seguintes itens: antecipação da data-base para aplicação do índice de recomposição salarial em janeiro; implementação do índice inflacionário pelo INPC medido pela Função IPEAD da UFMG, o que garantirá a revisão automática anualmente ao funcionalismo.

O dirigente sindical disse ainda que o sindicato solicitará a regularização de uma série de direitos, que foram narrados pelos servidores e que estão sendo descumpridos pela administração, como: o pagamento da recomposição salarial do ano de 2017, que não foi concedida; a observância e cumprimento da progressão de carreira com pagamento dos valores devidos aos servidores e que não foram aplicados em 2017; suspensão da exigência de requerimento de próprio punho dos servidores protocolada no Setor de Pessoal da Administração Municipal para que se pague os direitos trabalhistas devidos aos servidores; assegurar o cumprimento do estatuto do servidor no que tange aos direitos dos aposentados e que não foi observado em 2017, quando a administração não concedeu o índice de recomposição salarial.

Também reivindicação da assembleia foi o fim do banco de horas, com o pagamento devido aos servidores das horas extras. “Inclusive eles nem podem gozar desse banco de horas em alguns casos, portanto as propostas elas vem apenas buscar atender aquilo que é de direito



Assembleia foi bastante participativa por parte do funcionalismo.

dos servidores”, disse o dirigente Eduardo.

Outro ponto que será levado para a negociação com o prefeito é o fim da complementação salarial aos servidores que recebem como rendimento mensal o Piso Nacional, pagando devidamente como vencimento o estrito valor do piso. “Foi uma assembleia que a categoria não definiu nada de mirabolante, que possa extrapolar o direito líquido e certo do servidor que é bom prestador do seu serviço. Agora aguardamos que o prefeito nos atenda o mais breve possível, para que possamos encaminhar e resolver essas questões”, disse o dirigente Eduardo.

COMISSÃO

Para acompanhar a negociação do Sintram com o Executivo foram eleitos os seguintes servidores: Maria José Anunciação, Juliano da Silva, Jucemar Lobato e Marcelo Vitor.



Candidatura de Aécio é rejeitada no PSDB e por aliados

A candidatura de Aécio Neves (PSDB-MG) à reeleição no Senado vem sendo considerado um problema pela cúpula tucana e é vista com resistência até mesmo por aliados. A verdade é que, depois que Aécio foi gravado pedindo R\$ 2 milhões em propina ao empresário Joesley Batista, há quase um ano, seu nome ficou isolado. Ele também foi denunciado pelo Supremo Tribunal Federal por corrupção passiva e obstrução de Justiça.

De acordo com reportagem do Estadão neste domingo 11, a candidatura Aécio sofre resistência dos dois principais candidatos de oposição ao governador Fernando Pimentel (PT) - Márcio Lacerda (PSB) e Rodrigo Pacheco (MDB) - além de prefeitos do interior historicamente aliados a Aécio, que hoje temem se engajar em sua campanha.

O pré-candidato do PSDB ao Planalto, o governador paulista Geraldo Alckmin, teme ficar sem um palanque competitivo no segundo maior colégio eleitoral do País. A estratégia do grupo de Aécio, diante desse cenário, é lançar na disputa ao governo estadual o deputado federal Marcus Pestana, aliado do senador.



Pestana seria um plano B no partido, uma vez que Aécio ainda não desistiu de convencer o colega Antonio Anastasia a disputar o governo. O ex-governador de Minas, no entanto, tem negado a candidatura. Aécio vem sendo pressionado a disputar o cargo de deputado federal e a desistir do Senado, mas a aliados, o tucano tem dito que prefere não disputar cargo nenhum a voltar a ser deputado. **Fonte: Brasil 247**

Temer quer permitir recuperar estatais com congelamento de salários

O governo federal quer criar um mecanismo para congelar salários e sanear dívidas de estatais que considere em dificuldades. As ideias estão num projeto de lei enviado à Câmara em novembro de 2017 para criar uma recuperação judicial de empresas públicas. Ou Proposta de Recuperação e Melhoria Empresarial (PRME), o nome oficial.

De acordo com o projeto, as estatais que aderirem ao programa, que terá vigência de quatro anos, congelam os salários de todos os empregados e administradores. Também ficam proibidas de contratar pessoal, de ampliar a quantidade de funções de confiança e cargos comissionados, de ampliar benefícios relativos à previdência complementar e à assistência saúde e de distribuir resultados acima do mínimo legal.

Ainda como medida da “recuperação e melhoria

empresarial”, as estatais federais poderão financiar despesas de adequação do efetivo de pessoal e reduzir (o texto diz “reequilibrar”) os planos de previdência complementar e benefícios de assistência à saúde.

Durante os quatro anos de vigência do plano, a estatal ficará vinculada ao Ministério do Planejamento, que seria responsável também por homologar a Proposta de Recuperação e Melhoria Empresarial.

O texto foi apresentado à Câmara pelo governo em 29 de novembro de 2017, uma semana depois de o Ministério da Fazenda enviar à Casa Civil um anteprojeto de reforma de Lei de Recuperação Judicial e Falências.

SEGUNDA TENTATIVA

A proposta de reforma da Lei de Falências, ainda em discussão interna no governo, não menciona a recuperação de estatais. Mas documentos aos quais a ConJur teve acesso mostram que os rascunhos do projeto previam a recuperação judicial de empresas públicas e de economia mista. O projeto segue em discussão entre Casa Civil, Ministério da Fazenda e representantes da sociedade.

Na prática, a possibilidade permitiria uma espécie de moratória indireta: as dívidas de estatais entrariam na fila dos planos de recuperação judicial, que permite prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas. Seria mais fôlego, ainda que indiretamente, para os governos.

A Petrobras, a maior empresa de economia mista do país, seria uma das afetadas pela mudança. No centro da operação “lava jato”, a petroleira, segundo o Ministério Público Federal, teve um “prejuízo potencial” de R\$ 42 bilhões com a corrupção, além da brutal queda no valor de mercado, que foi de R\$ 380 bilhões a R\$ 120 bilhões em cinco anos. Recentemente, a empresa fechou acordo nos Estados Unidos para pagar R\$ 10 milhões a investidores que se sentiram prejudicados pela corrupção.

PRIMEIRO PASSO

Especialistas ouvidos pela ConJur afirmam que a tentativa do governo Michel Temer de criar uma recuperação para estatais serve para sanear as contas das companhias antes de privatizá-las. O advogado Fernando Facury Scaff, professor de Direito Financeiro da USP afirma que o projeto soa como uma tentativa de colocar as empresas em “estado de organização” para que possam ser oferecidas ao mercado.

Walfrido Warde, especialista em Direito Societário, acredita que seja uma estratégia para limitar as responsabilidades da administração de empresas públicas “em situação de estresse”. Se aprovado como está, o programa de recuperação permitirá a postergação da insolvência, o que evitaria a responsabilização da administração pública pelos problemas das estatais.



POLÊMICAS DA REFORMA

Mesmo depois de retirada a possibilidade de englobar estatais, o projeto de reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falências em discussão no governo federal traz pontos polêmicos. O Instituto Recupera Brasil (IRB) encaminhou à subchefia de assuntos jurídicos da Casa Civil um ofício de 15 páginas com críticas e sugestões de alteração.

Uma das inseguranças causadas pela proposta, diz a entidade, é permitir que os credores, em assembleia geral, destituam o administrador judicial de empresa em recuperação sem qualquer fundamento. “Como se poderia pretender a profissionalização do administrador judicial sem que ele tenha segurança jurídica de permanência de sua atuação e seus direitos possam ser privados sem receba qualquer justificativa para tanto?”, critica o IRB.

Outro ponto criticado está no artigo 63, que determina o encerramento do processo de recuperação assim que for feita a homologação do plano de recuperação. Dessa forma, o projeto evita o acompanhamento judicial do cumprimento do plano apresentado, diz o documento, assinado pelos advogados Luís Cláudio Montoro Mendes e Marcelo Vieira de Campos, presidente e diretor jurídico do instituto, respectivamente.

Apesar das críticas, a entidade afirma que a Lei de Recuperação e Falências (Lei 11.101 /2006) precisa ser atualizada.

Fonte: Conjur

Juiz da Lava Jato no Rio critica pressão sobre STF: 'politicagem de baixo nível'

O juiz Marcelo Bretas, da Lava Jato no Rio de Janeiro, criticou neste domingo (11) a suposta pressão de políticos investigados sobre o STF (Supremo Tribunal Federal) pela revisão da prisão após condenação em segunda instância.

“Prefiro acreditar que não há, em nosso STF, quem permita esse tipo de abordagem imoral (“influência no Judiciário”). Seria isso uma politicagem de baixo nível que desrespeitaria por completo a independência do Poder Judiciário, desonrando os envolvidos”, afirmou, em publicação no Twitter.

Bretas compartilhou uma coluna do jornal Folha de S.Paulo que trata sobre integrantes do PT, MDB e PSDB que estariam recorrendo ao Planalto para influenciar o Supremo a pautar o assunto.

Segundo a coluna, a eventual prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aumentou a apreensão entre outros políticos que já foram ou receiam ser condenados.

Na publicação fixada em seu perfil, de 6 de março, Bretas também fez um comentário sobre a independência do Judiciário. “Os Poderes da República devem ser independentes e harmônicos entre si, jamais subservientes e íntimos. Uma das causas da corrupção é a certeza da impunidade, de que



os ‘apadrinhados’ de hoje serão os ‘protetores’ de amanhã.”

Bretas anunciou em janeiro que iria se ausentar do Twitter, após vir a público que ele e a esposa, ambos juizes, entraram na Justiça para conseguir o auxílio-moradia. Contudo, ele voltou a publicar em fevereiro na rede social.

Apesar das pressões que vem sofrendo, a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, decidiu não pautar para abril ações que podem modificar a decisão da Corte sobre execução da pena após condenação em segunda instância. A pauta foi divulgada na última sexta-feira (9).

Fonte: Uol Notícias

Falta a Michel Temer a irreverência de Paulo Maluf ao mentir

O pior não é Michel Temer visitar a presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, na casa dela, em um sábado, para tentar convencê-la de que a investigação que quebrou seu sigilo bancário a fim de verificar as suspeitas de que ele teria recebido propina para beneficiar empresas do setor portuário fere suas prerrogativas presidenciais.

A visita feita dessa forma é pouco transparente e um tanto quanto bizarra, ou seja, o padrão de comportamento da cúpula do governo federal neste momento de linchamento da democracia e das instituições pela qual passa o Brasil.

E de uma Suprema Corte que se “apequenou” quando foi chamada à tarefa de garantir que todos sejam iguais perante a



lei.

O que revolta é ele, na saída, tentar convencer os jornalistas que o esperavam de que os dois apenas trataram de segurança pública e da intervenção federal no Rio de Janeiro.

Não apenas isso: ele também negou que havia discutido a investigação que pode levá-lo a ser denunciado pela terceira vez pela Procuradoria-Geral da República com a ministra. Logo depois, fontes confirmavam aos jornalistas o tema o tema do convescote.

Uma coisa é ser pouco republicano. Outra é nos chamar de otários. A verdade é que falta a Michel Temer a irreverência e o desprendimento de Paulo Maluf.

Não importa que aparecessem testemunhas, contas em paraísos fiscais, documentos estrangeiros, batom na cueca, foto de saque em caixa eletrônico fazendo sinal da vitória. Por anos, Maluf negou sua roubalheira com frequência, eloquência e, acima de tudo, muita cara de pau. Por vezes, em entrevistas, diante do ridículo e do insólito da situação, parecia rir junto dos repórteres.

Talvez resida aí a diferença: o presidente se leva a sério demais, quando poucos, muito poucos, pouquíssimos fazem isso.

Uma das melhores qualidades do ser humano é conseguir rir de si mesmo. Temer deveria experimentar. E nos fazer companhia.

Fonte: Blog do Sakamoto

Plenário pode votar permissão de assinatura eletrônica em propostas de iniciativa popular

O Plenário da Câmara dos Deputados pode votar na terça-feira (13) a proposta que permite a coleta de assinaturas eletrônicas de eleitores para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular (PL 7005/13, do Senado).

Atualmente, somente é permitida a coleta de assinaturas manuscritas. A matéria está pendente de relatório a ser apresentado pelo deputado Vicente Candido (PT-SP).

Na última terça-feira (6), os deputados retiraram a proposta de pauta devido à polêmica em torno de emenda apresentada pela deputada Renata Abreu (Pode-SP), que propõe a abertura de nova janela de troca partidária sem punição de perda do mandato, dessa vez para os vereadores.

CONSELHO DA REPÚBLICA

Para a quarta-feira (14), está marcada eleição de representante a ser indicado pela Câmara dos Deputados para o Conselho da República, conforme previsto na Constituição Federal.

CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADE

Ainda na terça-feira (13), os deputados podem



votar o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 5272/16, do Poder Executivo, que cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí.

ACORDOS INTERNACIONAIS

Na quinta-feira (15), o Plenário poderá votar, em sessão extraordinária pela manhã, projetos de decreto legislativo com acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro.

Fonte: Agência Câmara